

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO SETOR DE
LICITAÇÃO/CGARC/DIRAD DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2023 (Processo Administrativo nº 23034.028908/2022-18)

MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA ("Mercedes-Benz"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 59.104.273/0001-29, com sede na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Vila Paulicéia, CEP: 09680-900, vem, por seus advogados (**Doc. 1**), respeitosamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO** em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2023 ("Edital"), organizado pela **FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO** ("FNDE"), com fundamento na Cláusula 13.1 do Edital, pelas razões de fato e direito a seguir expostas.

I. DA IMPUGNAÇÃO

O FNDE publicou o Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2023 com o intuito de firmar registro de preço nacional para futura e eventual aquisição de ônibus rural escolares, dos tipos ORE ZERO 4x4, ORE 1 4x4, ORE 1, ORE2, ORE3 e ônibus urbano escolares, dos tipos ONUREA Piso Alto e ONUREA Piso Baixo, para os Estados, Distrito Federal e Municípios do Brasil visando a realização do transporte escolar diário dos estudantes da rede pública de ensino.

Em observância aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, a Cláusula 13.1 confere a possibilidade de apresentação de impugnação, no prazo de até 3 dias úteis antes da data de abertura do certame, marcada para o dia 12 de setembro de 2023 (terça-feira), para que sejam julgadas e respondidas impugnações em até 3 dias úteis pela Comissão de Licitação.



Neste sentido, a Mercedes-Benz apresenta PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS sobre determinados pontos que parecem estar contraditórios ou incompletos, bem como **IMPUGNAÇÃO** contra alguns itens com redação equivocada e que não observam os princípios da economicidade e competitividade próprios do processo licitatório, a fim de que sejam corrigidos e, conseqüentemente, demandem a republicação do Edital por parte da Comissão de Licitação.

1) Cláusulas 8.1 e 8.19 do Edital¹, Cláusula 4.3. e 8.27.5 do Termo de Referência², itens 1.2. e 2.1. do Anexo de Controle de Qualidade³

Ao analisar as citadas cláusulas, percebe-se que há **contradição** quanto a definição do momento em que devem ser entregues os documentos de controle de qualidade das fases 1 e 2 no processo licitatório e, ainda, **impugna-se** a entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (“CAT”) do protótipo antes da assinatura do contrato, como abaixo sinteticamente demonstrado:

¹ Edital 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19 Os documentos necessários para a comprovação de qualificação técnica do protótipo serão descritos nos cadernos de informações técnicas, conjuntamente com os procedimentos de controle de qualidade, conforme descrição constante do item 4.3 do Termo de Referência e demais anexos.

² Termo de Referência Da exigência do protótipo 4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e após aprovação da documentação exigida para fins de controle de qualidade (fase 1), o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar protótipo (fase 2), que consiste na 1ª Etapa do controle de qualidade, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

8.27.5 Outros documentos eventualmente necessários à qualificação técnica estão indicados ao longo do Edital e seus anexos.

³ Anexo de Controle de Qualidade

1. DA 1ª ETAPA DO CONTROLE DE QUALIDADE – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO (..) 1.2. Encerrada a etapa de lances e após a aceitação da proposta, o licitante deverá entregar ao FNDE, num prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da indicação do pregoeiro, a seguinte documentação: (...)

2. DA 1ª ETAPA DO CONTROLE DE QUALIDADE – INSPEÇÃO DO PROTÓTIPO

2.1. Encerrada a fase de análise documental da qualidade, o licitante deverá, num prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da solicitação do pregoeiro, disponibilizar 01 (um) protótipo do veículo para realização da inspeção, com a seguinte documentação:

a) Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Denatran nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o conjunto chassi e carroçaria do veículo); e

b) Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVIM, compatível com o CAT.

- i. O Edital estabelece que os documentos de habilitação mencionados no Termo de Referência deverão ser apresentados pelo licitante vencedor (classificado em primeiro lugar), após a fase de julgamento, para que o referido ateste a sua qualificação técnica, jurídica e fiscal.
- ii. Para fins de comprovação da qualificação técnica do protótipo, o Edital exige a apresentação dos documentos mencionados na Cláusula 4.3. do Termo de Referência.
- iii. A Cláusula 4.3. do Termo de Referência prevê as exigências técnicas de controle de qualidade devem ser atendidas pelo protótipo da proposta classificada em primeiro lugar. Para tanto, exige a entrega dos documentos técnicos mencionados na 1ª Etapa do Controle de Qualidade do Anexo de Controle de Qualidade em data e local a ser definido pela Comissão de Licitação.
- iv. O Anexo de Controle de Qualidade estabelece nos itens 1 e 2 prazos para a entrega de uma série de documentos técnicos referente ao protótipo. O item 1.2 enuncia que *“encerrada a etapa de lances e após a aceitação da proposta”*, o licitante terá o prazo de no máximo 20 dias, contados da indicação do pregoeiro, para fornecer vários documentos. Em seguida, no item 2.1. dispõe que *“encerrada a fase da análise documental da qualidade”*, o licitante terá 40 dias, contados da solicitação do pregoeiro, para disponibilizar 1 protótipo do veículo com o respectivo CAT e a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (“LCVM”).

Ou seja, o Edital deixa dúvidas em relação à data da entrega dos documentos, o que precisa ser esclarecido.

De fato, a redação da Cláusula 8.19 do Edital parece estabelecer que fazem parte dos documentos de comprovação da qualificação técnica aqueles referenciados na Cláusula 4.3. e 8.27.5 do Termo de Referência. Ou seja, TODOS os documentos de qualidade expostos nos itens 1.2 e 2.1 Anexo de Controle de Qualidade devem ser entregues em local e data a serem designados pelo pregoeiro.



Já a Cláusula 4.3. do Termo de Referência apresenta uma divisão de “fase 1” e “fase 2” dentro da 1ª Etapa do Controle de Qualidade que nos parece **contraditória** com as disposições no Anexo de Qualidade.

Ademais, pela redação dos itens 1.2 e 2.1 do Anexo de Controle de Qualidade **não resta claro** quando seria o “*encerramento da etapa de lances e após a aceitação da proposta*” e, também, quando seria “*o encerramento da fase de análise documental de qualidade*”.

Logo, **é necessário unificar/padronizar com precisão em qual momento deverá ser entregue a documentação técnica.**

Indo mais além, **É FUNDAMENTAL QUE SEJA A DATA DA ENTREGA DOS VEÍCULOS DEFINIDA COMO O MOMENTO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE CONTROLE DE QUALIDADE PREVISTOS NO ANEXO DE CONTROLE DE QUALIDADE.**

E, nesse sentido, a Mercedes-Benz **impugna a obrigatoriedade de a empresa vencedora do certame entregar o CAT (Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito) do protótipo em qualquer momento anterior à entrega dos veículos ao ente contratante final. Do contrário, estar-se-á restringindo o caráter competitivo do certame.** É que se passará a demonstrar.

1.1) Da unificação e momento de entrega do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT)

De acordo com a Portaria nº 190/09 do DENATRAN, todos os veículos novos de fabricação nacional, importados ou encarroçados, devem receber códigos específicos na tabela de marca/modelo/versão do RENAVAM além do respectivo Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT). Como é de conhecimento do FNDE, o mercado brasileiro de fabricação de ônibus atua com a lógica de fabricação apartada de chassis e carrocerias, de modo que é uniformizado no cenário nacional, em atendimento à legislação citada, a emissão de um CAT referente ao chassi do veículo e outro CAT referente à carroceria.

Entretanto, o item 2.1. do Anexo de Controle de Qualidade do Edital exige que seja disponibilizado ao pregoeiro um protótipo do veículo para realização da inspeção acompanhando de seu respectivo CAT “contemplando o conjunto chassi e carroçaria do veículo”.

Sem adentrar na discussão acerca da ausência de embasamento técnico para tal exigência, o fato é que essa determinação faz com que se limite o número de empresas que possam participar do certame. Logo, tanto a competitividade, como a economicidade do processo licitatório são violadas. Vejamos o que preconiza o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A violação ao princípio da competitividade se pauta no fato de que possíveis licitantes, atualmente, não seriam capazes de apresentar na fase de habilitação da licitação CAT de protótipo de ônibus escolar. Neste sentido, **a competitividade do processo licitatório estaria prejudicada e, certamente, os preços a serem apresentados nas propostas comerciais por cada ônibus escolar serão mais caros**, pois será repassado ao FNDE o preço de se exigir CAT do protótipo em fase tão preliminar do processo licitatório.

Por outro lado, a exigência de apresentação do CAT em momento anterior à efetiva e final entrega dos veículos é totalmente ineficaz e desnecessária, já tal documento somente é necessário para que os ônibus possam ser utilizados e circular, o que obrigatoriamente somente acontecerá depois de sua entrega...

Sendo assim, com o intuito de tornar o **processo licitatório mais competitivo** e, conseqüentemente, alcançar a proposta mais vantajosa ao FNDE, **a Mercedes-Benz impugna o presente Edital**, especificamente, o item 2.1. do Anexo de Controle de Qualidade para solicitar

que a i. Comissão **estabeleça como momento de disponibilização do CAT do protótipo somente quando da primeira entrega dos ônibus escolares.**

Por todo o exposto, a Mercedes-Benz impugna o presente Edital e requer à i. Comissão de Licitação que republique o Edital para conferir nova redação à mencionada Cláusula 8.19 do Edital, 4.3. do Termo de Referência e ao item 2.1. do Anexo do Controle de Qualidade, a fim de que:

- i. Na Cláusula 8.19 do Edital, não seja considerado como documento de comprovação da qualificação técnica do protótipo os referenciados na Cláusula 4.3. do Termo de Referência;
- ii. Na Cláusula 4.3. do Termo de Referência seja excluído as menções as fases 1 e 2 do Anexo de Controle de Qualidade e, ainda, que seja determinado que os documentos do item 1.2. serão entregues após a assinatura do contrato podendo ser postergado até a entrega do veículo (já que não há prejuízo para administração pública), com o item k.8 sendo expressamente alterado para que o CAT seja exigido apenas no momento da entrega dos veículos.
- iii. Seja realizado ajuste de redação no item 2.1. do Anexo do Controle de Qualidade para que o CAT e o LCVN serão entregues somente **“no momento da primeira entrega de veículos”** e, também, de forma separada, e não conjunta.

Dessa forma, a redação das citadas cláusulas passará a ser a seguinte:

Edital

8.19 Os documentos necessários para a comprovação de qualificação técnica do protótipo serão descritos nos cadernos de informações técnicas, conjuntamente com os procedimentos de controle de qualidade. ~~conforme descrição constante do item 4.3 do Termo de Referência e demais anexos.~~

Termo de Referência

*4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e após aprovação da documentação exigida para fins de controle de qualidade ~~(fase 1)~~, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá **apresentar documentos referente do protótipo ~~(fase 2)~~, listados no item 1.2. do Anexo de Controle de Qualidade**, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por*

mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

Anexo de Controle de Qualidade

1. DA 1ª ETAPA DO CONTROLE DE QUALIDADE – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO
(..) 1.2. Após a assinatura do Contrato, o licitante deverá entregar ao FNDE, num prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da assinatura, a seguinte documentação: (...)

2. DA 1ª ETAPA DO CONTROLE DE QUALIDADE – INSPEÇÃO DO PROTÓTIPO

2.1. Na data da primeira entrega de veículos, o licitante vencedor deverá, num prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da entrega, disponibilizar ~~01 (um) protótipo do veículo para realização da inspeção, com a~~ seguinte documentação:

a) Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito - CAT (Portaria Denatran nº 190/2009 e suas atualizações, contemplando o separadamente chassi e carroçaria do veículo); e

b) Licença para o Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM, compatível com o CAT.

Ademais, a Mercedes-Benz requer à i. Comissão de Licitação que **esclareça**:

- i. Quando os documentos técnicos de qualidade mencionados nos itens 1.2 e 2.1 do Anexo de Controle de Qualidade deveriam ser apresentados pelo licitante vencedor?
- ii. Quando ocorreriam as fases de “*encerramento da etapa de lances e após a aceitação da proposta*” e “*encerramento da fase de análise documental de qualidade*”; e
- iii. Quais seriam os documentos de qualidade que compõe as fases 1 e 2 mencionadas na Cláusula 4.3. do Termo de Referência?

2) Cláusula 1 do Termo de Referência e as exigências legais da Resolução nº 490/2018 do CONAMA

A Cláusula 1 do Termo de Referência apresenta o número de ônibus escolares urbanos e rurais a serem potencialmente adquiridos, via registro de preços, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do presente Edital. No somatório, temos um número de

16.300 (dezesesseis mil e trezentas) unidades de ônibus escolares a serem contratadas pela Administração Pública, representando número pouco inferior ao número de ônibus licenciados no Brasil durante todo o ano de 2022⁴.

Este número total se distancia dos 11.400 (onze mil e quatrocentos) submetidos para discussão na audiência pública de maio passado⁵, tendo o presente edital aumentado em cerca de 45% o volume em apenas 3 meses.

Somado ao grande volume envolvido na licitação, a obrigação de apresentação de CAT único, limita a participação das empresas, pois este deve ser analisada de forma conjunta neste caso (chassi com carroceria), o que prejudica a livre concorrência. Neste sentido, o presente processo licitatório da FNDE pode ter a competição entre participantes prejudicadas, já que pouquíssimos fornecedores conseguiriam fazer frente às quantidades estabelecidas por cada lote, especialmente, se considerarmos o valor total de 16.300 (dezesesseis mil e trezentas) unidades com CAT único. Ou seja, o processo de CAT único somado a grande quantidade limita muito a participação de empresas e prejudica a ampla concorrência na licitação.

Neste contexto, é importante ressaltar que a atualização dos motores de acordo com a Fase 8 do PROCONVE (positivada no artigo 1º, inciso II da Resolução 490/2018 do CONAMA) passou a ser obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2023 o que gerou a necessidade de atualização de toda documentação e emissão de novo CAT.

Isso significa dizer que mesmo que alguma empresa ainda tivesse em estoque veículos fabricados em anos anteriores, tais veículos não poderiam ser usados para atender o FNDE neste momento, por expressa vedação normativa. Em outras palavras, a mudança de motorização gerou a necessidade de renovação de toda documentação dos ônibus escolares que, somada a obrigatoriedade de CAT único a ser apresentado no início do processo licitatório torna inviável a participação de empresas no certame, eliminando a livre concorrência. s.

⁴ Vide: <https://www.anfavea.com.br/cartas/carta440.pdf>

⁵ Vide: [Caminho da Escola projeta encomendas de 11,4 mil ônibus escolares em 2023 e programa deve ser mais uma vez salvação de fabricantes de chassis e carrocerias; Ações da Marcopolo em alta de 3% \(diariodotransporte.com.br\)](#)

Temos, ainda, o fato de que alguns dos lotes requerem unidades de ônibus escolares que sejam de câmbio automático ou automatizados, o que enseja a busca de novas soluções por parte dos fabricantes em tempo hábil, inclusive com a correspondente certificação (CAT). Como estes requerimentos não foram debatidos amplamente com os respectivos volumes nas audiências públicas, novamente, **vem para prejudicar a ampla competição entre os licitantes.**

Se considerarmos os efeitos da Resolução nº 490/2018 e o número exacerbado de veículos escolares, temos que a FNDE contará com um número baixo de licitantes que ofertarão na presente licitação. Consequentemente, as exigências editalícias parecem violar novamente os princípios da competitividade e, consequentemente, da vantajosidade econômica sempre perseguida pela Administração Pública (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Por todo o exposto, a Mercedes-Benz requer a i. Comissão de Licitação que republique o presente Edital para diminuir o número de quantidade de ônibus escolares por tipo previsto na Cláusula 1 do Termo de Referência, tendo em vista os efeitos da Resolução nº 490/2013 do CONAMA, a fim de que se retorne ao valor ventilado de 11.400 (onze mil e quatrocentos) ônibus na audiência pública.

3) Cláusula 7.8, 7.15 e 7.15.1 do Termo de Referência e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022

As Cláusulas 7.8, 7.15 e 7.15.1 do Termo de Referência⁶ estabelecem os prazos para a realização da liquidação e do pagamento por parte da FNDE.

⁶ 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.15.1. O prazo de que trata o item 7.15 poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



Em relação à liquidação da cobrança, a Cláusula 7.8 prevê o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, que poderá ser prorrogado por igual período, em total conformidade com os termos do artigo 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Já na Cláusula 7.15 prevê que o pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. E, ainda, a Cláusula 7.15.1 estabelece a possibilidade do pagamento não ocorrer dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis excepcionalmente, se aproveitando da redação do artigo 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Ocorre que, o artigo 7º, inciso II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 estabelece o prazo legal de 10 (dez) dias úteis para fins da realização do pagamento após a finalização da liquidação dos fornecedores. Vejamos:

Art. 7º Os prazos de que trata o art. 6º serão limitados a:
I – 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
II – 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

Portanto, não cabe ao FNDE estabelecer prazo diverso do que o legalmente previsto e determinado pela norma legal aludida no Termo de Referência, muito menos estabelecer exceções e necessidade de prorrogação por valor já totalmente liquidado.

Sendo assim, a Mercedes-Benz requer que a i. Comissão de Licitação sane a contradição prevista nas Cláusulas 7.15 e 7.15.1 para que seja estabelecido o prazo legal de 10 (dez) dias úteis para pagamento previsto no artigo 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Ou seja, a redação da Cláusulas 7.15 passaria a ser a seguinte e haveria a exclusão da Cláusula 7.15.1:

Termo de Referência

7.15 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do artigo 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

~~7.15.1. O prazo de que trata o item 7.15 poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.~~

4) Da previsão de distanciamento entre eixos presente do Anexo de Relação de Itens

O documento de Relação de Itens anexo ao Edital ora impugnado contém especificações relacionadas aos veículos que serão adquiridos futuramente por meio do Pregão em destaque. Dentre tais especificações, verifica-se determinações de medidas especificamente relacionadas a distância de eixos dos veículos objeto do certame.

Contudo, tal especificação de medidas não possui qualquer objetivo se não limitar a concorrência envolvida na presente disputa. É desnecessária qualquer determinação detalhada no tocante a distância entre os eixos dos veículos. O fato é que essa determinação faz com que inúmeros fabricantes de ônibus não possam participar do certame. Logo, tanto a competitividade, como a economicidade do processo licitatório são violadas, conforme já supracitado vide artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Desta forma, requer que a i. Comissão de Licitação elimine qualquer exigência relacionadas as medidas do entre eixos dos veículos.

5) Cláusula 6.8⁷ do intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances em divergência com a plataforma online

⁷ 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais)

A cláusula 6.8 do Edital estabelece que o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances do certame em tela deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais). Contudo, ao que se verifica atualmente plataforma em que se realizará a sessão pública, conforme previsão do próprio Edital, os lances estão limitados ao intervalo de R\$ 10.000,00.

Item	Qtde solicitada	Valor estimado (unitário)
1 ÔNIBUS	4000	Sigiloso

Descrição detalhada
Ônibus Distância Entre Eixos: 4.250 MM. Capacidade: 29 Lugares. Cor: Amarela. Potência: 110 CV. Quantidade Portas: Única

Quantidade mínima	Quantidade solicitada	Unidade de fornecimento
4000	4000	Unidade

Critério de julgamento	Valor estimado (unitário)	Valor estimado (total)
Menor Preço	Sigiloso	Sigiloso

Orçamento sigiloso	Intervalo mínimo entre Lances
Sim	R\$ 10.0000


Tal intervalo, além de completamente distante da realidade é divergente do previsto no Edital, qual seja, o documento oficial balizador do certame em tela. Desta forma, requer que a i. Comissão de Licitação sane a contradição, corrigindo a indicação presente na plataforma.

II. PEDIDOS

A Mercedes-Benz requer à i. Comissão de Licitação que republique o presente Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2023 com o objetivo de tornar mais competitivo o certame licitatório, bem como mais clara a redação dos dispositivos mencionados, a fim de evitar possíveis questionamentos de nulidade e ilegalidade do certame licitatório.

São Paulo 1º de setembro de 2023.

Marianne Albers
OAB/SP nº 270.436


Mariana Vianna
OAB/RJ nº 186.020